

Câmara adota regime de urgência para votação de Projeto das Fake News

— Proposta é aprovada por 238 votos a favor a 192 contrários em meio à pressão das big techs para retardar análise do texto; mérito deve ir a plenário na semana que vem

JULIA AFFONSO
WESLEY GALZO
BRASILIA

A Câmara aprovou ontem o regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei das Fake News em meio à pressão de um bloco de deputados e das big techs para retardar a análise do texto. A proposta teve 238 votos a favor e 192 contrários. A tramitação mais rápida passou após o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), usar o regimento interno para diminuir a quantidade de devotos necessários para a aprovação.

Contra Grupo de mais de 100 deputados pressionava presidente da Câmara para retardar votação

Lira cobrou publicamente os líderes, durante a sessão, para que cumprissem acordo feito em reunião que durou três horas na residência oficial. Sem chegar a um consenso, o presidente da Câmara afirmou que o regimento interno lhe dava o direito de escolher três votações por legislatura para definir quórum e optou pelo menor – maioria simples, que é a metade dos presentes mais um – para aprovar o regime de urgência do PL das Fake News. Caso Lira não usasse a prerrogativa, o governo Luiz Inácio

Lula da Silva, que é a favor da proposta, sairia derrotado, pois seriam necessários 257 votos para aprovar o regime de votação mais rápida. O regime de urgência acelera a tramitação de projetos ao dispensar formalidades internas da Câmara.

O projeto prevê responsabilidade “solidária” das plataformas e usuários quando houver danos causados por conteúdos cuja distribuição tenha sido impulsionada por pagamento feito por eles às empresas. O texto estabelece ainda que a divulgação de desinformação passará a ser punida com até três anos de prisão.

Com a ajuda de Lira, o governo trabalhava para adiantar a votação de todo o projeto nesta semana, mas só conseguiu acelerar a discussão sobre o regime de urgência. A votação sobre o mérito ficará para a semana que vem. Até lá, a oposição ganhou tempo para negociar o texto que será entregue hoje pelo relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

RESISTÊNCIA. Deputados do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, contestam o projeto e querem barrar a proposta. Segundo Lira, a legenda do ex-chefe do Executivo foi responsável por 80% das mudanças já feitas no texto. A sigla crítica, por exemplo, a criação da entidade autônoma de supervisão pelo Poder Executivo, prevista no projeto. A agência fiscalizaria o cumprimento



Durante a sessão, Arthur Lira cobrou publicamente os líderes

da lei pelas plataformas e aplicaria sanções.

Um bloco com mais de cem deputados vinha pressionando Lira para retardar a votação. O movimento também conta com apoio das big techs, como Google e Meta – controladora do Facebook e do Instagram. Os dois grupos afirmam que é preciso mais debate e defendem a criação de uma comissão especial na Câmara para analisar o texto antes de levá-lo ao plenário.

No movimento para impedir a aprovação da regulação do setor, o deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) chegou a dizer que o texto poderia banir trechos da Bíblia das redes sociais. “É preciso ser mui-

to canalha para criar uma fake news envolvendo religião para atacar o projeto”, rebateu o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE).

Ainda em reação ao PL das Fake News, partidos como Podemos, PSOL e Novo obstruíram a análise, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da proposta de emenda à Constituição (PEC) que anistia partidos políticos e o colegiado teve de adiar a sessão para hoje.

ALMOÇO. Representantes das big techs participaram ontem de almoço com deputados da Frente Parlamentar do Empreendedorismo. No encontro, o diretor de Políticas Públicas do TikTok, Fernando Gal-

lo, foi direto. “Com muita humildade, queremos pedir que as senhoras e os senhores parlamentares rejeitem a urgência desse PL e apoiem a criação de uma comissão especial destinada a debater o tema”, afirmou.

A chefe de Políticas Públicas da Meta, Monica Guise, criticou pontos do projeto. “Não faz sentido, com esse nível de consequência, a gente aprovar na correria, aos 48 (minutos) do segundo tempo, proposta que tem tanta novidade e tanta consequência para o ecossistema digital no Brasil”, disse.

Monica afirmou ainda que gera “muita preocupação” a criação da agência que seria responsável pela fiscalização das plataformas. “Se eu fosse traduzir para uma linguagem mais comum, que está presente no nosso imaginário até literário, nós entendemos a introdução dessa entidade quase que como um Ministério da Verdade”, declarou.

MORAES. Para tentar fazer ajustes de última hora no texto, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, foi ao Congresso e entregou sugestões. Ele quer que as redes sociais suspendam perfis, contas e canais considerados produtores “sistemáticos” de desinformação e publicadores “contumazes” de informações falsas, sem que seja necessário notificar esses usuários da medida adotada. ● COLABOROU LEVY TELES

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 7